

...continuação

SOROCRED INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. (atual denominação da Sorocred Meios de Pagamentos Ltda.) - CNPJ/MF nº 60.114.865/0001-00

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Remuneração dos Administradores: Os administradores da Instituição são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica "Despesas de pessoal", no resultado do período. O salário atribuído no exercício ao pessoal-chave da Administração corresponde a R\$ 321 (R\$ 305 em 2020). A Administração da Instituição não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e administração.

22. Política de gestão de riscos financeiros: A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de gerenciamento de risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O comitê de gerenciamento de risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **I. Risco de crédito:** A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. Advm da possibilidade da Empresa não receber os valores decorrentes de operações. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da si-

tução patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes. **II. Risco de liquidez:** É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **III. Risco de mercado: (a) Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

23. Outros serviços prestados pelos auditores independentes: Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Empresa não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

24. Resultados Recorrentes e Não Recorrentes: Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a Sorocred Instituição de Pagamento S.A. ("SIP" ou "Empresa") considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades

da Empresa. Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em períodos consecutivos. No exercício 2021 não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

25. Outros assuntos: (i) Covid-19 - No segundo semestre de 2021: A Administração acompanha diariamente a evolução das suas operações, que inclui o monitoramento das posições de juros, dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte de seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso de canais digitais, sendo que foram implementadas uma série de soluções tecnológicas objetivando incrementar a capacidade de trabalho em home office, onde destacam-se o uso de VPN (rede privada virtual), aquisição de novos notebooks, custeio de fretados, Uber e alimentação para rotinas presenciais, implantação auxílio home office. Desenhamos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Mesmo neste contexto desafiador, a renovação do quadro de pessoal continuou avançando com a admissão de mais de 100 novos colaboradores. **(ii) A invasão russa na Ucrânia** - juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. A Administração do Grupo Afim está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das de-

monstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados.

26. Eventos subsequentes: Emissão de Debêntures: Em 21 de fevereiro de 2022 foi celebrada a escrituração da emissão de Debêntures de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), arquivadas na JUCESP e registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). Os debenturistas não são controladores diretos e indiretos do Grupo Afim ou parte relacionada do Grupo. Em 28.02.2022 foram emitidas 84.000.000 (oitenta e quatro milhões) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), na data de emissão, com prazo de vencimento, em 28 de dezembro de 2026 e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos di- depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa de 5,00% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As Debêntures contam com Garantias Fidejussórias e Reais, compostas por aval dos controladores diretos e indiretos do Grupo Afim, suas controladas e coligadas, e Direitos Creditórios Performados da Empresa, e irá ceder fiduciariamente a favor dos respectivos debenturistas representando, no mínimo, 100% do saldo devedor da operação. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados exclusivamente para liquidação das transações de pagamento e obrigações da Emissora, na qualidade de emissora de cartões de crédito, com as credenciadoras no âmbito dos arranjos de pagamento da Emissora, em observância aos termos do artigo 12-A, inciso III, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro 2013.

CONTADOR: Newton Perez - CRC SP - 163082/O-8

A DIRETORIA

Aos Administradores e Cotistas

Sorocred Instituição de Pagamento S.A.

(atual denominação da Sorocred Meios de Pagamentos Ltda.)

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sorocred Instituição de Pagamento S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sorocred Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 30 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das de-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

monstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles inter-

nos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de maio de 2022

 PricewaterhouseCoopers Ltda.
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC 1PR050377/O-6

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>